

Stepanenko quer sustar as verbas

BRASÍLIA — O ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, irá propor ao presidente Itamar Franco que suspenda a liberação das verbas de subvenções sociais, auxílios, contribuições e convênios para estados, municípios e entidades que ainda não tiveram seus recursos repassados este ano. As verbas só deverão ser liberadas novamente depois de uma análise criteriosa dos beneficiários das dotações. O ministro quer também que o Congresso proíba os prefeitos de aplicarem no mercado financeiro os recursos recebidos de convênios com o governo federal. A medida é para forçá-los a realizarem mais rapidamente as obras às quais se destinam os recursos.

As propostas foram levantadas ontem na primeira reunião do Executivo para moralizar a elaboração e a execução orçamentária, que reuniu o ministro do Planejamento e os coordenadores de orçamento dos demais ministérios. "O presidente Itamar Franco determinou que fizéssemos um reexame dos orçamentos de 1992, 1993 e 1994 para identificar possíveis irregularidades, e solicitou que imaginássemos medidas preventivas que possam ser encaminhadas ao ministro Maurício Corrêa para a revisão constitucional", explicou Stepanenko.

A proibição das aplicações financeiras exigirá a concordância do Congresso, pois implica em mudança da Lei das Licitações. Outra medida saneadora que precisará da ajuda dos parlamentares será a obrigatoriedade de convênios para todos os repasses de verbas. Atualmente, as subvenções não exigem a realização de convênios, o que abre possibilidade de fraudes. Para se fechar esta porta, terá que ser alterada a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), que regulamenta o orçamento de 1994 (Lei 8.694).

É intenção da Seplan criar uma metodologia que obrigue os diversos órgãos federais a elaborarem projetos para cada investimento candidato a verbas.